


Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ nº 08.587.950/0001-76

Relatório da Administração

Conjuntura: O exercício 2018 confirmou os prognósticos iniciais de maior estabilidade da economia brasileira, apesar da volatilidade de importantes ativos financeiros, câmbio e preços de commodities. No cenário interno, a greve dos caminhoneiros no segundo trimestre marcou um ponto de inflexão na tendência de recuperação dos indicadores de confiança, quando desde então a volatilidade se intensificou apoiada também pela conjuntura eleitoral na sequência. No cenário externo, observamos mais um ano de crescimento sincronizado entre os principais países e blocos econômicos mundiais, apesar do esperado *soft landing* da economia chinesa e dos momentos de tensão e alívio no que se consolidou como uma Guerra Comercial – especialmente com os EUA, bem como nos focos de conflitos geopolíticos de sempre (Oriente Médio, Síria, Coreia do Norte e Rússia). O setor privado brasileiro absorveu positivamente esta volatilidade e liderou o crescimento do PIB que se confirmará em um futuro próximo (1,5% em 2018 contra 1,0% em 2017). Tal desempenho deve-se verificar mais disseminado, eis que projeções indicam que agropecuária, indústria e serviços deverão apresentar crescimentos significativos, ao contrário do apresentado em 2017 quando a agropecuária praticamente respondeu sozinha pelo crescimento do PIB brasileiro. Esta resiliência à despeito da volatilidade deve-se à desavalação do setor privado observado entre 2015-16, combinado com a baixa demanda e fraca expansão do crédito desde então, indicando que os balanços dos

agentes domésticos permanecem fortes e prontos para liderar um crescimento ainda mais robusto conquanto a confiança e as expectativas se fortaleçam. Neste contexto, a posse de um novo poder executivo medianente um firme compromisso com uma agenda de reformas estruturais para reequilíbrio das contas públicas, além de um legislativo amplamente renovado nesta mesma orientação, deve fortalecer a confiança em geral do setor privado e impulsionar a tão desejada retomada do crescimento.

Desempenho: Esta conjuntura fortaleceu particularmente o desempenho da Atradius Crédito y Caución em 2018. As incertezas na economia doméstica aumentaram a demanda não só por seguro de crédito em geral mas, especialmente, por arranjos de proteção por prazos mais longos, eis que segurados buscaram hedge de cobertura de preços face a um cenário potencialmente mais volátil. Neste contexto, nossos prêmios emitidos cresceram 39%. Entretanto, os prêmios ganhos caíram 6% em virtude da tendência de redução das taxas de prêmio – perspectivas favoráveis, sinistralidade em queda, pressão concorrencial – como também da redução das provisões por riscos vigentes e não emitidos por razões atuariais. Nossa sinistralidade recuou de 29% em 2017 para 24% em 2018 como resultado não só de um setor privado mais resiliente conforme comentado acima, mas também de uma carteira mais diversificada setorial e geograficamente – destaque para o aumento dos prêmios emitidos em seguro de crédito à exportação que correspondeu a

8% do total em 2018 versus 2% em 2017. Despesas administrativas cresceram 1%, porém com queda real diante de uma inflação de 3,75% medida pelo IPCA, coroando constantes iniciativas de otimização de custos e ganhos de produtividade. Custos de aquisição alcançaram 11% em 2018 contra 9% em 2017 diante de uma maior fração da carteira intermediada por corretores. Nosso lucro operacional cresceu 24%. O lucro líquido caiu 23%, motivado principalmente pela queda da taxa Selic, reduzindo as receitas financeiras.

Perspectivas: Para o exercício 2019 esperamos um cenário doméstico favorável à tomada de riscos em virtude dos bons fundamentos de crédito do setor privado, assim como as perspectivas favoráveis de aprovação de reformas estruturais que fortaleçam a confiança do setor privado. Neste contexto, espera-se um crescimento mais robusto da atividade em geral liderada pelo consumo das famílias e investimentos privados com expansão da oferta de crédito. Este cenário traz desafios ao seguro de crédito, eis que pressões por aceitação de riscos e redução de taxa de prêmio tendem a se intensificar tanto pela percepção de riscos mais baixos e menor volatilidade, como também por pressão concorrencial. A Atradius Crédito y Caución permanecerá atenta à estas oportunidades e aos desafios impostos por esta conjuntura, porém fiel à histórica prudência na subscrição de apólices e aceitação de riscos de forma a assegurar não só um desempenho favorável, como também sustentável.

Balanco Patrimonial - Exercícios Fintos em 31 de Dezembro			
	Notas	2018	2017
ATIVO		159.484	148.984
Circulante		159.484	148.984
Disponível - caixa e bancos	2.4	3	5
Equivalentes de caixa	5	13.777	8.535
Aplicações	5	45.852	47.101
Créditos das operações com seguros e resseguros		44.386	29.983
Prêmios a receber	6.1	40.251	27.118
Operações com resseguradoras	6.2	4.054	2.865
Outros créditos operacionais		81	-
Ativos de resseguro e retrocessão	7	49.923	57.939
Títulos e créditos a receber		144	1.443
Créditos tributários e previdenciários	8.1	79	1.381
Outros créditos		65	62
Despesas antecipadas		20	16
Custos de aquisição diferidos - seguros	9	5.379	3.962
Não circulante		27.564	8.276
Realizável a longo prazo		26.750	7.987
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.649	-
Prêmios a receber	6.1	6.649	-
Ativos de resseguro e retrocessão	7	17.874	7.656
Empréstimos e depósitos compulsórios		39	39
Custos de aquisição diferidos - seguros	9	2.188	292
Imobilizado - bens móveis	10	814	287
Intangível - outros intangíveis		-	2
Total do ativo		187.048	157.260

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	2018	2017
Circulante		113.747	106.099
Contas a pagar		4.912	4.493
Obrigações a pagar		1.214	1.468
Impostos e encargos sociais a recolher	11	2.646	1.293
Encargos trabalhistas		616	522
Impostos e contribuições	11	277	899
Outras contas a pagar		159	312
Débito de operações com seguros e resseguros		43.207	31.896
Operações com resseguradoras	12	38.322	28.610
Corretores de seguros e resseguros	13	4.885	3.286
Provisões técnicas - seguros danos	14	65.628	69.710
Não circulante		28.997	8.671
Débito de operações com seguros e resseguros		4.998	-
Operações com resseguradoras	12	4.059	-
Corretores de seguros e resseguros	13	939	-
Provisões técnicas - seguros danos	14	23.999	8.671
Patrimônio Líquido		44.304	42.490
Capital social	15.1	40.489	40.489
Reservas de Lucro	15.2	3.815	2.001
Reserva legal		191	100
Reserva Estatutária		3.624	1.901
Total do passivo e do patrimônio líquido		187.048	157.260

Demonstração do Resultado - Exercícios Fintos em 31 de Dezembro			
	Notas	2018	2017
Prêmios emitidos			
Variações das provisões técnicas de prêmios	16	75.571	54.548
Prêmios ganhos	16	52.204	55.919
Sinistros ocorridos	16	(12.558)	(16.247)
Custos de aquisição	16	(5.791)	(5.179)
Outras receitas e despesas operacionais	16	1.580	(197)
Resultado com resseguro	16	(23.350)	(24.595)
Receitas com resseguro		13.538	17.058
Despesas com resseguro		(36.888)	(41.653)
Despesas administrativas	16	(10.506)	(10.401)
Despesas com tributos	16	(1.331)	(1.134)
Resultado financeiro	16	3.174	4.597
Resultado operacional		3.422	2.763
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		108	-
Resultado antes dos impostos e participações		3.530	2.763
Imposto de renda	18	(865)	(139)
Contribuição social	18	(711)	(130)
Participações sobre o resultado		(140)	(136)
Lucro líquido do exercício		1.814	2.358
Quantidade de ações (em milhares)		42.658	42.658
Lucro líquido por ação - em R\$		0,0425	0,0553

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Fintos em 31 de Dezembro					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Lucro líquido do exercício	40.489	-	-	(357)	40.132
Constituição de Reservas	-	100	1.901	(2.001)	-
Em 31 de dezembro de 2017	40.489	100	1.901	-	42.490
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.814	1.814
Constituição de Reservas	-	91	1.723	(1.814)	-
Em 31 de dezembro de 2018	40.489	191	3.624	-	44.304

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A., situada na Avenida Angélica, 2530 – 10º andar, Consolação – São Paulo, foi constituída em 5 de setembro de 2006 e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 2.568, de 1º de dezembro de 2006, tendo o início de suas operações de seguros com emissão de apólices a partir de 1º de setembro de 2007. A Seguradora tem por objeto social a operação de seguros de crédito e garantias, em todo o território nacional. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. A apresentação segue os critérios estabelecidos no plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15, a Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo divulgada pelo método indireto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 15 de fevereiro de 2019. **2.2. Pronunciamentos Contábeis ainda não adotados:** CPC 48: "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações trazidas são: (i) novo modelo de classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de impairment; (iii) nova diretriz para adoção da contabilidade de hedge – sem impactos para a Seguradora. Este pronunciamento será aplicável quando referendado pelo órgão regulador. CPC 06 (R2): "Arrendamentos". Norma que visa a substituição do IAS 17. A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Este pronunciamento será aplicável quando referendado pelo órgão regulador. IFRS 17: "Contratos de Seguro". Norma que visa a substituição do IFRS 4. O IFRS 17 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. Este pronunciamento será aplicável quando referendado pelo órgão regulador. A Administração da Seguradora está avaliando os impactos das normas acima e/ou aguardando a aprovação da SUSEP em relação às mesmas. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: 2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. **2.3.2. Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de R\$ 13.777 (R\$ 8.535 em 2017) refere-se à saldos em conta corrente local e estrangeira,

assim como a Fundos de investimento com resgates e aplicações automáticas. **2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação e mensuração:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.5.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. **2.5.1.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções no valor recuperável. **2.5.2. Impairment de ativos financeiros: 2.5.2.1. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber):** A Seguradora avalia, a cada data de balanço, se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificados na categoria de recebíveis, esteja deteriorado ou "impaired". Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado (impaired), a Seguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de impairment, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis, que incluem: • base histórica de perdas e inadimplência; • dificuldade financeira significativa do segurado; • quebra de contratos como inadimplência ou atraso nos pagamentos; • possibilidade de o segurado entrar em concordata ou falência. A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior há 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor e, portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer. A provisão para riscos sobre créditos com resseguradores é constituída para aqueles créditos com período de inadimplência superior há 180 dias da data do vencimento, sendo que até a presente data não houve a necessidade de constituição. Mediante avaliações, a Seguradora entende que o critério para a provisão para riscos sobre créditos, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada e reflete o histórico de perdas internas. **2.6. Ativos relaciona-dos a resseguros:** A cessão de resseguros é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar seu risco ou eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados por prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, cujo período de risco esteja ativo, e por sinistros indenizados aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperados junto ao ressegurador. **2.7. Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial nos quais o evento segurado ocorre comparado com cenários nos quais o evento segurado não ocorre. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico, afetá-lo adversamente. **2.8. Custos de aquisição diferidos:** Os Custos de Aquisição Diferidos (CAD) são constituídos pelas parcelas dos

Demonstração do Resultado Abrangente		
Exercícios Fintos em 31 de Dezembro		
	2018	2017
Lucro líquido do exercício		
Outros resultados abrangentes	1.814	2.358
Resultado abrangente	1.814	2.358

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto		
Exercícios Fintos em 31 de Dezembro		
	2018	2017
Lucro líquido do exercício		
Ajustes de itens que não afetam o caixa	145	129
Depreciações e amortizações	145	129
Lucro líquido do exercício ajustado	1.959	2.487

Variações das contas patrimoniais		
	2018	2017
Aplicações financeiras	1.249	544
Créditos das operações com seguros e resseguros	(21.052)	(1.682)
Títulos e créditos a receber	1.299	71
Ativos de resseguro e retrocessão	(2.202)	10.252
Despesas antecipadas	(4)	10
Outros ativos	1	(10)
Custos de aquisição diferidos - seguros	(3.313)	(911)
Impostos e contribuições	355	(221)
Outras contas a pagar	1.039	733
Débitos das operações com seguros e resseguros	16.309	(1.317)
Provisões técnicas - seguros danos	11.246	(9.115)
Caixa gerado nas atividades	6.886	841
IRPJ e CSLL pagos	(977)	(459)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.909	382

Atividades de investimento

	2018	2017
Imobilizado	(669)	(96)
Intangível	-	(10)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(561)	(106)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa **5.240** **276**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício **8.540** **8.264**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício **13.780** **8.540**

custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.9. Imobilizado:** Está demonstrado ao custo sendo que sua depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme as seguintes taxas anuais: equipamentos, veículos e telecomunicações – 20% e móveis – 10%. **2.10. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: 2.10.1. Provisões e passivos contingentes:** Referem-se a obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. São classificadas como (a) perdas prováveis, para as quais são constituídas provisões, (b) perdas possíveis, as quais são divulgadas, quando relevantes, sem que sejam provisionados e (c) perdas remotas, que não requerem provisão e divulgação. Estas classificações são avaliadas por consultores jurídicos e revistas periodicamente pela Administração da Seguradora. Os valores são baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente. **2.10.2. Obrigações legais:** Referem-se às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade são objetos de contestação judicial e são reconhecidas pelo valor integral em discussão, permanecendo registradas até a fase de trânsito em julgado. **2.11. Passivos de contratos de seguro: 2.11.1. Provisões Técnicas:** A Seguradora utiliza as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicou o Teste de Adequação de Passivos (TAP), dentre outras políticas aplicáveis. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 343/16 e da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA) descritas a seguir: (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela dos prêmios correspondentes ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RV-NE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela Seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A metodologia baseia-se na apuração de um percentual de atraso sobre a PPNG calculada pela data de emissão. Este percentual é obtido com base em um triângulo de *run-off* dos prêmios dispostos por início de vigência e emissão, considerando como data base um mês de defasagem da data de apuração da provisão. A constituição da PPNG-RV-NE é realizada pela multiplicação deste percentual pela PPNG por emissão constituída no mês de apuração. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, líquida dos ajustes do cosseguro, quando aplicável. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL podem ser classificados em sinistros administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da Provisão de Si-

...continuação

nistras a Liquidar Administrativos (PSLA), considera o saldo devedor relativo à cobertura em que ocorreu o sinistro, bruto de resseguro. A constituição da provisão de sinistros a liquidar judiciais (PSLJ) considera a melhor estimativa de desembolso de caixa, o valor em risco indicado pelos advogados, abrangido pela cobertura do seguro e a probabilidade de perda indicada pelos advogados. A mensuração da estimativa de PSL também considera (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação, sendo estimada por meio de triângulos de *run-off* de sinistros pagos e sinistros incorridos. Para se chegar ao IBNeR, subtrai-se da estimativa de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso e (ii) o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. A PSL final provisionada considera o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualment ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, é utilizado o triângulo de *run-off* de sinistros avisados. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão IBNR inicial, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) visa cobrir as despesas relativas às indenizações de sinistros. A PDR é constituída através da soma de duas parcelas: a soma dos valores das despesas relacionadas aos sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento (PDR PSL) e da expectativa dos valores das despesas relacionadas com sinistros ocorridos e ainda não avisados (PDR IBNR). As estimativas das despesas de sucumbência relativas aos casos judiciais pendentes são adicionadas a parcela de PDR PSL. **2.11.2. Teste de Adequação dos Passivos (TAP) (Liability Adequacy Test (LAT))**: Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), utilizando o indexador de taxa préfixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2018. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo préfixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, as despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, líquidas dos custos de aquisição diferidos relacionados diretamente ao negócio. Para apuração do TAP, foi selecionada a sinistralidade dos sinistros finais (*ultimates*) dos últimos 11 meses, obtida na análise de IBNR, com data base de 30 de novembro de 2018. Os sinistros finais projetados líquidos das expectativas de ressarcimento foram divididos pelo prêmio ganho do mesmo período gerando uma sinistralidade de 33%. Utilizou-se uma premissa de despesa (administrativa/outras despesas operacionais) de 10,45%, relacionada à manutenção do negócio. Essa premissa foi baseada nas demonstrações financeiras dos últimos 12 meses. A Seguradora repassa em resseguro 97%, em média, dos prêmios emitidos, conforme demonstrado na nota 7. As demais premissas relacionadas no CPC 11 não foram utilizadas pela Seguradora ou por não terem impacto significativo no cálculo ou por não serem aplicadas aos produtos comercializados. O Teste de Adequação dos Passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros. **2.12. Principais tributos**: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 20% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor (Nota 8.1). As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora apura prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social (Nota 8.1). O prejuízo fiscal e a base negativa somente serão reconhecidos em itens de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado se houver previsibilidade de realização de tais créditos. Para janeiro de 2019 em diante, os créditos de Contribuição Social serão calculados à alíquota de 15%. No primeiro semestre de 2017, após estudo de perspectiva de realização e em conformidade com a Circular SUSEP nº 544/16, a Seguradora ativou o crédito tributário no montante de R\$ 405, representando 25% da base de prejuízo fiscal e R\$ 324, representando 20% da base negativa de CSLL, com perspectiva de realização nos próximos dois exercícios. Desde então, a Seguradora vem utilizando estes créditos tributários como abatimento de valores a recolher. Em 31 de dezembro de 2018, conforme previsão inicial, todo o valor de crédito de prejuízos fiscais e base negativa de IRPJ e CSLL foi compensado. **2.13. Benefícios a empregados**: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência. **2.14. Capital social**: O capital social da Seguradora corresponde a capital estrangeiro e está representado por 42.657.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Nota 15.1). **2.15. Distribuição de dividendos**: A distribuição de dividendos para os acionistas, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora, conforme Nota 15.3. **2.16. Apuração do resultado**: O resultado é apurado pelo regime de competência, conforme abaixo: (a) Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e retido simultaneamente ao recebimento do prêmio. O recolhimento é realizado de acordo com a legislação vigente. (b) A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas**: Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa, incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. **3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**: O componente no qual a Administração mais exer-

ce o julgamento e utiliza estimativa é a constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar. Desta forma, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e outros fatores que entende como relevantes e utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **3.2. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros**: A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro está *impaired*. Essa norma requer um julgamento significativo no qual a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo e fluxo de caixa operacional e financeiro. **4. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros**: **4.1. Gestão de riscos de seguro**: A Seguradora tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Seguradora são: (a) manutenção de controle centralizado de subscrição para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; (b) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e (c) o risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição. Considerando a ausência de experiência da Seguradora local no mercado segurador brasileiro, fica estabelecida como parâmetro de precificação a tarifa de prêmio adotada pela Atradius Crédito e Caução S.A de Seguros e Reaseguros, baseado nos resultados estáveis de subscrição alcançados em mais de 80 anos, que, aliado à oportuna linha de contratação mantida neste seguro, avaliam a suficiência global das tarifas adotadas. A tomada de decisão é efetuada somente após análise do resultado dos seguintes procedimentos: • Gestão de sinistralidade; • Identificação de concentração de uma carteira em um setor de atividade econômica; • Identificação de crise na economia local ou mundial que afetem no agravamento dos riscos de créditos; • Análise do comportamento dos segurados no que concerne à preservação do bem segurável e quanto à regularidade no cumprimento de suas obrigações contratuais. As operações de seguro de crédito somente são aceitas mediante cobertura de resseguro. Quando do aviso de sinistro, a Seguradora registra a "reserva de sinistro inicial" levando em consideração o montante avisado e posteriormente (durante a análise) o montante coberto; a adequação da reserva de sinistro ao montante suficiente à cobertura é efetuada após a regulação do processo de sinistro. A Seguradora utiliza das seguintes fontes de subscrição, internas e externas, para tomada de decisão: • Proposta de seguro; • Pedido de cobertura, por meio de Questionário de Solicitação de Seguro de Crédito; • Canais de comercialização: visitas às áreas de crédito do segurado, bem como aos seus clientes passíveis de cobertura do seguro; • Relatório de desempenho setorial; • Estudos mercadológicos; • Informações disponibilizadas pelas agências provedoras de informações de crédito; • Informações obtidas através de outras fontes externas, tais como: meios de comunicação (ex.: jornais, Internet, TV, rádio e publicações especializadas). Periodicamente, são realizadas reuniões entre os colaboradores da Seguradora a fim de verificar outras medidas possíveis a serem adotadas, objetivando a mitigação dos riscos de subscrição. **4.1.1. Análise de sensibilidade da sinistralidade**: Objetiva demonstrar os principais impactos gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Seguradora no caso de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros, dado a característica e o perfil desses contratos. Os testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que mesmo suportadas por dados históricos de mercado, possuem limitações na obtenção dos resultados analisados. O teste levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição dos sinistros ocorridos na ordem de 50%, 40% e 25% para acréscimos e 5% para decréscimo, com o objetivo de verificar os impactos no resultado e no patrimônio líquido da Seguradora. A taxa de juros e a inflação juntamente com os demais itens do Artigo 156 da Circular SUSEP nº 517/2015, não foram calculados devido ao baixo impacto nos itens abaixo contemplados por conta das características do contrato de seguro, dessa forma, apenas apresentamos os possíveis impactos da sinistralidade.

Premissas - Teste de Estresse

	31 de dezembro de 2018			
	Saldo Contábil		Patrimônio Líquido	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	22.329	722	(7.443)	(241)
Aumento de 40% na PSL	20.840	673	(5.954)	(192)
Aumento de 25% na PSL	18.608	601	(3.722)	(120)
Decréscimo de 5% na PSL	14.142	457	744	24
Aumento de 50% no IBNeR	(1.926)	(62)	642	21
Aumento de 40% no IBNeR	(1.798)	(57)	514	16
Aumento de 25% no IBNeR	(1.605)	(51)	321	10
Decréscimo de 5% no IBNeR	(1.220)	(39)	(64)	(2)
Aumento de 50% no IBNR	12.272	396	(4.091)	(132)
Aumento de 40% no IBNR	11.453	370	(3.272)	(106)

(a) Sinistros brutos de resseguros em 31 de dezembro de 2018

Administrativos

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Sinistros avisados, reavaliados	9.909	3.937	8.227	15.922	14.235	57.444	35.420	28.919	16.668	190.681
No ano do aviso	17.277	7.083	10.306	22.779	15.656	59.812	48.575	28.345	16.668	226.501
Um ano após o aviso	(5.431)	(2.943)	(1.309)	(6.598)	(1.079)	(2.017)	(11.806)	574	-	(30.609)
Dois anos após o aviso	(1.470)	(177)	(770)	(247)	(301)	(132)	(1.349)	-	-	(4.446)
Três anos após o aviso	(96)	(26)	-	(12)	(41)	(219)	-	-	-	(394)
Quatro anos após o aviso	(371)	-	-	-	-	-	-	-	-	(371)

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Pagamentos Acumulados	9.825	3.880	8.227	15.922	14.235	56.914	35.153	26.252	5.387	175.795
No ano do aviso	2.701	2.008	3.748	7.004	5.260	10.303	18.839	6.245	5.387	61.495
Um ano após o aviso	6.157	1.809	3.861	7.944	8.606	42.506	15.597	20.007	-	106.487
Dois anos após o aviso	967	43	607	974	231	3.346	717	-	-	6.885
Três anos após o aviso	-	20	11	-	138	759	-	-	-	928

Provisão para sinistros a liquidar administrativos Judiciais

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Sinistros avisados, reavaliados	84	57	-	-	-	530	267	2.667	11.281	14.886
No ano do aviso	-	-	-	-	-	-	946	5.729	-	6.675
Um ano após o aviso	-	-	-	-	-	-	735	4.970	-	5.773
Dois anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	94	759	-	377
Três anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	117	-	525

Provisão para sinistros a liquidar judiciais

(b) Sinistros líquidos de resseguros em 31 de dezembro de 2018

Administrativos

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Sinistros avisados, reavaliados	460	63	91	142	312	1.419	825	679	763	4.754
No ano do evento do aviso	832	75	103	387	322	1.334	1.402	696	763	5.915
Um ano após o aviso	(268)	(9)	(8)	(242)	3	101	(521)	(17)	-	(961)
Dois anos após o aviso	(76)	(2)	(5)	(2)	(12)	(6)	(56)	-	-	(159)
Três anos após o aviso	(7)	(1)	-	(1)	(1)	(10)	-	-	-	(20)
Quatro anos após o aviso	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Pagamentos Acumulados	457	61	91	142	312	1.417	823	662	308	4.273
No ano do evento do aviso	124	41	21	28	97	104	298	318	308	1.339
Um ano após o aviso	284	20	57	113	203	1.104	510	344	-	2.635
Dois anos após o aviso	49	-	13	1	5	182	15	-	-	265
Três anos após o aviso	-	-	-	-	7	27	-	-	-	34

Provisão para sinistros a liquidar administrativos Judiciais

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Sinistros avisados, reavaliados	3	2	-	-	-	2	2	17	455	481
No ano do evento do aviso	-	-	-	-	-	-	47	291	-	338
Um ano após o aviso	-	-	-	-	-	-	37	248	-	288
Dois anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	5	23	-	25
Três anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5

Provisão para sinistros a liquidar judiciais

4.2. Gestão de riscos financeiros 4.2.1. Gerenciamento de risco de mercado: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras (ativa e passiva). Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. **4.2.1.1. Controle do risco de mercado**: A Seguradora limita sua exposição a riscos de mercado adotando uma política de investimento em títulos públicos federais, majoritariamente em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e utiliza os serviços especializados de consultoria externa autorizada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para realizar análises de risco, sensibilidade e testes de stress quanto à gestão dos riscos financeiros e à simulação de seus impactos sobre os resultados da Seguradora. Estes resultados são utilizados pela Seguradora no que se refere ao controle, planejamento e suporte para a tomada de decisões e, também, para a identificação dos riscos que envolvem as carteiras de ativos e passivos. Para o cálculo do grau de impacto dos riscos dos ativos financeiros que compõem as respectivas carteiras, são utilizados cenários históricos e dados atuais de mercado para a projeção dos resultados. Adicionalmente todas as aplicações e resgates são submetidos à análise e aprovação da diretoria. **4.2.1.2. Sensibilidade à taxa de juros**: Na análise de sensibilidade

...continuação

	31 de dezembro de 2018			
	Saldo Contábil		Patrimônio Líquido	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 25% no IBNR	10.226	330	(2.045)	(66)
Decréscimo de 5% no IBNR	7.772	251	409	13
Aumento de 50% na PDR	320	4	(107)	(4)
Aumento de 40% na PDR	298	10	(85)	(3)
Aumento de 25% na PDR	266	9	(53)	(2)
Decréscimo de 5% na PDR	202	7	11	-
Aumento de 50% na PSL Judicial	10.013	507	(3.338)	(169)
Aumento de 40% na PSL Judicial	9.345	473	(2.670)	(135)
Aumento de 25% na PSL Judicial	8.344	423	(1.669)	(85)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	6.341	321	334	17
Aumento de 50% na PDR Judicial	1.130	57	(377)	(29)
Aumento de 40% na PDR Judicial	1.054	53	(301)	(15)
Aumento de 25% na PDR Judicial	941	48	(188)	(10)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	715	36	38	2

Premissas - Teste de Estresse

	31 de dezembro de 2017			
	Saldo Contábil		Patrimônio Líquido	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	38.123	717	(12.708)	(239)
Aumento de 40% na PSL	35.581	669	(10.166)	(191)
Aumento de 25% na PSL	31.769	598	(6.354)	(120)
Decréscimo de 5% na PSL	24.144	454	1.271	24
Aumento de 50% no IBNeR	(1.863)	(35)	621	12
Aumento de 40% no IBNeR	(1.739)	(32)	497	9
Aumento de 25% no IBNeR	(1.553)	(29)	311	6
Decréscimo de 5% no IBNeR	(1.180)	(24)	(62)	(1)
Aumento de 50% no IBNR	15.747	297	(5.249)	(99)
Aumento de 40% no IBNR	14.697	277	(4.199)	(79)
Aumento de 25% no IBNR	13.123	248	(2.625)	(50)
Decréscimo de 5% no IBNR	9.973	188	525	10
Aumento de 50% na PDR	480	8	(160)	(3)
Aumento de 40% na PDR	448	7	(128)	(2)
Aumento de 25% na PDR	400	6	(80)	(1)
Decréscimo de 5% na PDR	304	5	16	-
Aumento de 50% na PSL Judicial	8.699	441	(2.900)	(147)
Aumento de 40% na PSL Judicial	8.119	412	(2.320)	(118)
Aumento de 25% na PSL Judicial	7.249	368	(1.450)	(74)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	5.509	279	290	15
Aumento de 50% na PDR Judicial	1.133	57	(378)	(19)
Aumento de 40% na PDR Judicial	1.057	53	(302)	(15)
Aumento de 25% na PDR Judicial	944	48	(189)	(10)

continuação

apresentada foram consideradas oscilações nas taxas SELIC. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade foram à elevação ou redução das taxas de juros praticadas pelo mercado interfinanceiro em até três pontos percentuais e o índice de rentabilidade histórico da Seguradora frente aos seus ativos financeiros. Com base nas premissas descritas, a Seguradora entende que o cenário apresentado conforme quadro abaixo seria o mais provável de se observar dentro dos próximos 12 meses, considerando-se a manutenção das posições assumidas.

Premissas - Teste de Estresse

Saldo Contábil Impacto no Resultado

Aumento de 1,0% na Selic 46.311 459

Aumento de 1,5% na Selic 46.540 688

Aumento de 2,0% na Selic 46.769 917

Decréscimo de 1,0% na Selic 45.393 (459)

Decréscimo de 1,5% na Selic 45.164 (688)

Decréscimo de 2,0% na Selic 44.935 (917)

Aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 45.852

4.2.1.3. Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros demonstrados apresentam o efeito de mudanças importantes em algumas premissas enquanto outras permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4.2.2. Gestão do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos e liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. A Seguradora possui políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

4.2.2.1. Gerenciamento de risco de liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

4.2.2.2. Exposição ao risco de liquidez: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, utilizando métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Maturidade dos passivos no período de 31 de dezembro de 2018

Até um ano Um a três anos Valor contábil

Provisões técnicas 65.628 23.999 89.627

Passivos financeiros 48.119 4.998 53.117

Contas a pagar 4.912 - 4.912

Débitos de operações com seguros e resseguros 43.207 4.998 48.205

Total dos passivos 113.747 28.997 142.744

Maturidade dos passivos no período de 31 de dezembro de 2017

Até um ano Um a três anos Valor contábil

Provisões técnicas 69.710 8.671 78.381

Passivos financeiros 36.389 - 36.389

Contas a pagar 4.493 - 4.493

Débitos de operações com seguros e resseguros 31.896 - 31.896

Total dos passivos 106.099 8.671 114.770

A tabela acima demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados.

4.2.3. Gestão do risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Seguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com rating de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela empresa Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., gestora dos investimentos e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela Administração da Seguradora. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por rating de crédito conforme agências de risco Fitch Ratings e Standard & Poor's. Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

31 de dezembro de 2018

BB- Sem rating Total

Caixa e equivalentes de caixa - 13.780 13.780

Valor justo por meio do resultado 45.852 - 45.852

Letras Financeiras do Tesouro 45.852 - 45.852

Prêmios a receber - 46.900 46.900

Operações com resseguradoras - 4.054 4.054

Outros créditos operacionais - 81 81

Exposição Máxima ao risco de crédito 45.852 64.815 110.667

31 de dezembro de 2017

BB+ Sem rating Total

Caixa e equivalentes de caixa - 8.540 8.540

Valor justo por meio do resultado 47.101 - 47.101

Letras Financeiras do Tesouro 47.101 - 47.101

Prêmios a receber - 27.118 27.118

Operações com resseguradoras - 2.865 2.865

Exposição Máxima ao risco de crédito 47.101 38.523 85.624

4.2.4. Ativos de resseguro: O programa e a política de resseguro da Seguradora somente consideram participantes de mercado àqueles com alta qualidade de crédito. Até a data-base analisada, os resseguradores são IRB Brasil Resseguros S.A. (carteira em run-off) e J. Malucelli Resseguradora S.A.

4.2.5. Gestão de risco de capital: Em sua gestão de capital a Seguradora visa: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP; (ii) suportar ou melhorar o rating de crédito da Seguradora através do tempo e estratégia de gestão de risco; e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

5. Aplicações:

5.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

31 de dezembro de 2018

Taxa de juros contratada - % Custo mais rendimentos Percentual

Letras Financeiras do Tesouro 1,15 a.m 11.402 25%

Letras Financeiras do Tesouro 1,19 a.m 34.450 75%

Total das aplicações financeiras 45.852 100%

31 de dezembro de 2017

Taxa de juros contratada - % Custo mais rendimentos Percentual

Letras Financeiras do Tesouro 1,15 a.m 14.733 31%

Letras Financeiras do Tesouro 1,19 a.m 32.368 69%

Total das aplicações financeiras 47.101 100%

5.2. Composição dos ativos financeiros por classificação e prazo

31 de dezembro de 2018

Vencíveis em até um ano Vencíveis entre um e três anos Total Percentual

Ao valor justo por meio do resultado

Letras Financeiras do Tesouro 11.402 34.450 45.852 47%

Empréstimos e recebíveis

Prêmios a receber 40.251 6.649 46.900 49%

Operações com resseguradoras 4.054 - 4.054 4%

Outros créditos operacionais 81 - 81 -

Total dos ativos financeiros 55.788 41.099 96.887 100%

31 de dezembro de 2017

Vencíveis em até um ano Vencíveis entre um e três anos Total Percentual

Ao valor justo por meio do resultado

Letras Financeiras do Tesouro - 47.101 47.101 61%

Empréstimos e recebíveis

Prêmios a receber 27.118 - 27.118 35%

Operações com resseguradoras 2.865 - 2.865 4%

Total dos ativos financeiros 29.983 47.101 77.084 100%

5.3. Movimentação das aplicações financeiras

Letras Financeiras do Tesouro

Saldo em 31 de dezembro de 2016

(+) Rendimentos 4.389

(-) Resgates (5.009)

(+/-) Ajuste ao valor de mercado 76

Saldo em 31 de dezembro de 2017

(+) Rendimentos 2.783

(-) Resgates (4.034)

(+/-) Ajuste ao valor de mercado 2

Saldo em 31 de dezembro de 2018

5.4. Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como seguem abaixo: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.

2018 2017

Nível 1 Total Nível 1 Total

Letras Financeiras do Tesouro 45.852 45.852 47.101 47.101

Total dos títulos para negociação 45.852 45.852 47.101 47.101

6. Crédito das operações:

6.1. Prêmios a receber

(a) Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2016

(+) Prêmios emitidos 55.105

(-) Prêmios cancelados (557)

(-) Recebimentos (53.718)

(+/-) Variação Cambial 10

Saldo em 31 de dezembro de 2017

(+) Prêmios emitidos 76.581

(-) Prêmios cancelados (1.010)

(-) Recebimentos (55.537)

(+/-) Variação Cambial (252)

Saldo em 31 de dezembro de 2018

(b) Aging de prêmios a receber

2018 2017

Prêmios a vencer 45.789 27.118

De 1 a 30 dias 12.225 16.077

De 31 a 60 dias 8.599 2.315

De 61 a 120 dias 4.888 3.630

De 121 a 180 dias 4.143 3.363

De 181 a 365 dias 9.285 1.733

Acima de 365 dias 6.649 -

Prêmios vencidos 1.111 -

De 1 a 30 dias 1.111 -

Saldo final 46.900 27.118

(c) Período médio de parcelamento: Os prêmios emitidos pela Seguradora são fracionados aos segurados, em média, em quatro parcelas com vencimentos trimestrais, para apólices com vigência de um ano.

6.2. Operações com resseguradoras

2018 2017

Sinistros pagos 3.134 2.295

Recuperação despesas com sinistros 920 570

Saldo final 4.054 2.865

(a) Movimentação dos sinistros pagos

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Sinistros pagos 24.094

Sinistros recuperados (23.464)

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Sinistros pagos 26.449

Sinistros recuperados (25.610)

Saldo em 31 de dezembro de 2018

(b) Movimentação das recuperações de despesas de sinistros

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Despesa com sinistros pagos 579

Despesa com sinistros recuperados (367)

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Despesa com sinistros pagos 540

Despesa com sinistros recuperados (190)

Saldo em 31 de dezembro de 2018

920

7. Ativos de resseguro - provisões técnicas

2018 2017

Sinistros administrativos pendentes de liquidação (PSL) 20.742 30.442

Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados (IBNeR) (1.243) (1.219)

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) 7.917 10.300

Provisão de despesas relacionadas (PDR) 921 1.031

Total das provisões de sinistros 28.337 40.554

Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas (PPNG) 39.460 25.041

Total das provisões de prêmios 39.460 25.041

Total de ativos de resseguro – provisões técnicas 67.797 65.595

Ativo circulante 49.923 57.939

Ativo não - circulante 17.874 7.656

A Seguradora repassa em resseguro 97%, em média, de seus prêmios emitidos nos ramos de crédito risco domésticos e crédito interno risco comercial para as seguintes resseguradoras locais com as quais mantém contrato de resseguro: I. IRB Brasil Resseguros S.A. II. J. Malucelli Resseguradora S.A.

8. Títulos e créditos a receber:

8.1. Créditos tributários e previdenciários: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 20% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora efetua a adição da conta de provisão em seu Lalur e posteriormente são baixadas na medida em que ocorrem tais despesas, escrituradas em seu balanço nas contas de

14. Passivos de contratos de seguros:

14.1. Provisões técnicas por ramo

31 de dezembro de 2018

PPNG PSL Adm PSL Jud IBNR IBNeR PDR Adm PDR Jud Total

Risco interno 54.360 14.510 6.675 7.974 (1.252) 208 753 83.228

Crédito exportação comercial 5.843 376 - 207 (32) 5 - 6.399

Total 60.203 14.886 6.675 8.181 (1.284) 213 753 89.627

Circulante 43.632 14.886 - 8.181 (1.284) 213 - 65.628

Não Circulante 16.571 - 6.675 - - - 753 23.999

31 de dezembro de 2017

PPNG PSL Adm PSL Jud IBNR IBNeR PDR Adm PDR Jud Total

Risco interno 35.820 25.079 5.799 10.359 (1.226) 316 755 76.902

Crédito exportação comercial 1.016 336 - 139 (16) 4 - 1.479

Total 36.836 25.415 5.799 10.498 (1.242) 320 755 78.381

Circulante 34.719 25.415 - 10.498 (1.242) 320 - 69.710

Não Circulante 2.117 - 5.799 - - - 755 8.671

crédito tributário CSLL e IRPJ diferidos, R\$ 35 (R\$ 75 em 2017) e R\$ 44 (R\$ 95 em 2017) em valores respectivos. Para janeiro de 2019 em diante, os créditos de Contribuição Social serão calculados à alíquota de 15%. O prejuízo fiscal e a base negativa somente serão reconhecidos em itens de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado se houver previsibilidade de realização de tais créditos. Conforme circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, reconhecemos no balanço patrimonial o crédito referente a base negativa de CSLL e aos prejuízos fiscais de IRPJ pelas mesmas alíquotas citadas acima devido à expectativa de realização, em controle fiscal no montante de R\$ 802 em 2017. Para 31 de dezembro de 2018 não há saldo a ser constituído. Os montantes dos tributos diferidos eram de R\$ 201 para IRPJ e R\$ 160 para CSLL em 2017, e foram totalmente compensados no exercício de 2018.

2018 2017

IRPJ e CSLL antecipações - 769

IRPJ e CSLL saldo negativo - 70

IRPJ e CSLL sobre adições temporárias 79 171

IRPJ e CSLL crédito tributário - 371

79 1.381

8.1.1. Créditos tributários de diferenças temporárias

a) Expectativa de realização

Diferenças Temporárias

IRPJ CSLL TOTAL Registrados

Constituído 44 35 79 79

Em 2018 44 35 79 79

A realizar (44) (35) (79) -

Em 2019 (44) (35) (79) -

b) Detalhamento da conta

Natureza dos Créditos Bases IRPJ 25% CSLL 20%

Provisão despesas Publicação 100 25 20

</

14.1.1. Composição do saldo de passivos de contratos de seguros			
31 de dezembro de 2018			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	60.203	(39.460)	20.743
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa (PSLa)	14.886	(14.405)	481
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSLj)	6.675	(6.337)	338
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	8.181	(7.917)	264
Provisão de Sinistros ocorridos não suficientemente avisados (IBNeR)	(1.284)	1.243	(41)
Provisão de Despesas Relacionadas Administrativas (PDRa)	213	(206)	7
Provisão de Despesas Relacionadas Judiciais (PDRj)	753	(715)	38
	89.627	(67.797)	21.830
31 de dezembro de 2017			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	36.836	(25.041)	11.795
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa (PSLa)	25.415	(24.937)	478
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSLj)	5.799	(5.505)	294
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	10.498	(10.300)	198
Provisão de Sinistros ocorridos não suficientemente avisados (IBNeR)	(1.242)	1.219	(23)
Provisão de Despesas Relacionadas Administrativas (PDRa)	320	(315)	5
Provisão de Despesas Relacionadas Judiciais (PDRj)	755	(717)	38
	78.381	(65.595)	12.786

14.1.2. Movimentação do saldo de passivos de contratos de seguros			
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.208	(28.181)	10.027
(+) Constituições	500.255	(349.924)	150.331
(-) Reversões	(501.627)	353.064	(148.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	36.836	(25.041)	11.795
(+) Constituições	621.998	(782.166)	(160.168)
(-) Reversões	(598.631)	767.747	169.116
Saldo em 31 de dezembro de 2018	60.203	(39.460)	20.743
Provisão de Sinistros a Liquidar ADM (PSLa)			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	34.778	(33.452)	1.326
Sinistros avisados e ajustados no exercício	30.987	(30.334)	653
Sinistros pagos	(25.090)	24.093	(997)
Sinistros baixados	(14.651)	14.158	(493)
Estimativa de ressarcimento PSL	(609)	598	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25.415	(24.937)	478
Sinistros avisados e ajustados no exercício	20.447	(19.587)	860
Sinistros pagos	(26.831)	26.137	(694)
Sinistros baixados	(4.280)	4.121	(159)
Estimativa de ressarcimento PSL	135	(139)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.886	(14.405)	481
Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados (IBNeR)			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
(+) Constituições	(24.032)	23.393	(639)
(-) Reversões	22.790	(22.174)	616
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.242)	1.219	(23)
(+) Constituições	(14.016)	13.512	(504)
(-) Reversões	13.974	(13.488)	484
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.284)	1.243	(41)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.466	(13.186)	280
(+) Constituições	187.254	(182.631)	4.623
(-) Reversões	(190.222)	185.517	(4.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.498	(10.300)	198
(+) Constituições	115.499	(111.347)	4.152
(-) Reversões	(117.816)	113.730	(4.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.181	(7.917)	264
Provisão de Despesas Relacionadas ADM (PDRa)			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	207	(200)	7
(+) Constituição	3.269	(3.184)	85
(-) Reversões	(3.156)	3.069	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	320	(315)	5
(+) Constituição	2.455	(2.365)	90
(-) Reversões	(2.562)	2.474	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	212	(206)	7

14.1.3. Movimentação do saldo de passivos de contratos de seguros Judiciais			
Provisão de Sinistros a Liquidar JUD (PSLj)			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	735	(698)	37
Sinistros avisados e ajustados no exercício	5.064	(4.807)	257
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.799	(5.505)	294
Sinistros avisados e ajustados no exercício	944	(897)	47
Sinistros pagos no exercício	(68)	65	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.675	(6.337)	338
Provisão de Despesas Relacionadas JUD (PDRj)			
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	102	(130)	(28)
(+) Constituição	911	(865)	46
(-) Reversões	(258)	278	20
Saldo em 31 de dezembro de 2017	755	(717)	38
(+) Constituição	1.230	(1.168)	62
(-) Reversões	(1.232)	1.170	(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	753	(715)	38

14.1.4. Garantias dos passivos de contratos de seguros			
	2018	2017	
Provisões técnicas de seguros	89.627	78.381	
Provisões técnicas de ativo de resseguro/ custos de aquisição diferidos	(49.147)	(51.990)	
Total a ser coberto	40.479	26.391	
Letras Financeiras do Tesouro	45.852	47.101	
Excesso de ativos	5.372	20.710	
15. Patrimônio líquido:			
15.1. Capital Social: Corresponde ao capital estrangeiro e está representado por 42.657.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Capital Social da Seguradora está dividido em dois acionistas: Atradius Crédito e Caução S.A de Seguros e Reaseguros, sediada na Espanha, possui 99,99% das ações enquanto a Crédito e Caução do Brasil Gestão de Risco de Crédito e Serviços Ltda, sediada no Brasil, possui 0,01%.			
15.2. Reservas de lucro			
Reservas de lucro em 31 de dezembro de 2016	-	-	
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2017	2.358	-	
Prejuízo acumulado	(357)	-	
Lucro líquido ajustado	2.001	2.001	
Reserva legal – 5%	100	100	
Reserva estatutária	1.901	1.901	
Reservas de lucro em 31 de dezembro de 2017	2.001	2.001	
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2018	1.814	-	
Prejuízo acumulado	-	-	
Lucro líquido ajustado	1.814	1.814	
Reserva legal – 5%	91	91	
Reserva estatutária	1.723	1.723	
Reservas de lucro em 31 de dezembro de 2018	3.815	3.815	

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. Por proposta da Administração, o saldo da reserva estatutária está retido nos termos da Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. **15.3. Dividendos mínimos:** São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. **15.4. Cálculo do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido:** Para a apuração da suficiência do capital da Seguradora nas suas operações subtraí-se do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), calculado conforme Resolução CNSP nº 343/16, o Capital Mínimo Requerido (CMR). Sendo constituído da seguinte forma: Conforme a Resolução CNSP nº 343/16, a partir de janeiro de 2015, considera-se o maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	2018	2017	
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	44.285	42.101	
Patrimônio líquido	44.304	42.490	
Despesas antecipadas	(20)	(16)	
Créditos tributários – Prejuízo fiscal	-	(371)	
IRPF e Base negativa CSLL	-	(2)	
Ativos intangíveis	-	-	
Capital base (i)	15.000	15.000	
Capital de risco (ii)	5.965	4.501	
Capital de risco de subscrição	4.257	2.825	
Capital de risco de crédito	1.631	1.551	
Capital de risco operacional	367	404	
Capital de risco de mercado	931	699	
(-) Correlação entre os riscos de subscrição e crédito e mercado	(1.222)	(978)	
Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (i) e (ii)	15.000	15.000	
Suficiência de capital (PLA - CMR)	29.285	27.101	
Ativos Líquidos (AL)	5.372	20.710	
Ativos necessários para liquidez (20% do CR)	1.193	868	
Liquidez em relação ao CR (AL - (20% do CR))	4.179	19.842	
16. Detalhamento das contas do resultado	2018	2017	
Prêmios emitidos	75.571	54.548	
Variação das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	(23.367)	1.371	
Prêmios ganhos	52.204	55.919	
Sinistros ocorridos	(12.558)	(16.247)	
Indenizações avisadas	(16.297)	(19.123)	

Parecer do Auditor Atuarial Independente em Relação às Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Atradius Crédito e Caução Seguradora S.A.**
Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Atradius Crédito e Caução Seguradora S.A.** (Seguradora) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Atradius Crédito e Caução Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados,

Relatório do Auditor Independente em Relação às Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Atradius Crédito e Caução Seguradora S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Atradius Crédito e Caução Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atradius Crédito e Caução Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo

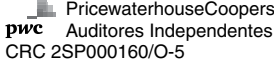
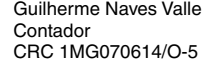
...continuação			
	2018	2017	
Despesas com sinistros	(409)	(1.208)	
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	2.317	2.968	
Variação das despesas relacionadas ao IBNR	18	(36)	
Ressarcimentos	1.813	1.152	
Custo de aquisição	(5.791)	(5.179)	
Comissão sobre prêmios emitidos	(9.104)	(6.088)	
Variação do Custo de Aquisição Diferido (DAC)	3.313	909	
Outras receitas e despesas operacionais	1.580	(197)	
Outras despesas com operações de seguros	1.580	(197)	
Resultado com resseguro	(23.350)	(24.595)	
Receitas com resseguro	15.941	19.908	
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(2.384)	(2.885)	
Variação da despesa relacionada do IBNR -Resseguro	(19)	36	
Despesas com resseguro	(53.488)	(36.670)	
Cancelamentos de resseguro	424	350	
Restituição de resseguro	255	605	
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	3.243	(1.683)	
Variação da despesa de resseguro	14.420	(3.140)	
Ressarcimento	(1.742)	(1.116)	
Despesas administrativas	(10.506)	(10.401)	
Pessoal próprio	(7.009)	(6.673)	
Serviços de terceiros	(2.025)	(2.203)	
Localização e funcionamento	(1.323)	(1.385)	
Publicidade e propaganda	(4)	(1)	
Publicações	(101)	(95)	
Administrativas diversas	(44)	(44)	
Despesas com tributos	(1.331)	(1.134)	
Tributos	(1.331)	(1.134)	
Resultado financeiro	3.174	4.597	
Receitas financeiras	6.528	5.837	
Receita com títulos de renda fixa	2.799	4.465	
Receitas financeiras com Operações de Seguros	1.523	284	
Receita com aplicação automática conta corrente	141	316	
Outras receitas com oscilação cambial	2.065	772	
Despesas financeiras	(3.354)	(1.240)	
Taxa de custódia de títulos	(1.759)	(946)	
Outras despesas financeiras com operações de seguros	(1.581)	(276)	
Ajuste ao valor de mercado - LFT	(14)	(18)	
Resultado operacional	3.422	2.763	

17. Índice de sinistralidade e comissionamento					
31 de dezembro de 2018					
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Crédito interno	49.846	(12.191)	(5.470)	24%	11%
Crédito à Exportação	2.358	(367)	(321)	16%	14%
	52.204	(12.558)	(5.791)		

31 de dezembro de 2017					
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Crédito interno	54.689	(17.092)	(5.058)	31%	9%
Crédito à Exportação	1.230	845	(121)	(69%)	10%
	55.919	(16.247)	(5.179)		

18. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após as participações sobre o resultado	3.390	3.390	2.763	2.763
Provisões dedutíveis quando pagas	682	682	713	713
Despesas não dedutíveis	290	290	275	275
Ajustes de TVM	14	14	18	18
Pagamento de provisões adicionadas	(821)	(821)	(774)	(774)
Ajustes negativos de TVM	(16)	(16)	(344)	(344)
Outras deduções	(187)	(187)	-	-
Lucro Real	3.352	3.352	2.651	2.651
Prejuízo fiscal/Base negativa a compensar	(825)	(825)	(795)	(795)
Base de cálculo	2.527	2.527	1.856	1.856
IRPJ – 25%	(608)	-	(440)	-
CSLL – 20%	-	(506)	-	(371)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(51)	(41)</		

continuação		Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
<p>vel é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o prove- 		<p>niente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem</p>	
<p>inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>		<p>São Paulo, 19 de fevereiro de 2019</p>	
<p>  PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 </p>		<p>  Guilherme Naves Valle Contador CRC 1MG070614/O-5 </p>	

BANCO SOFISA S.A.

CNPJ 60.889.128/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. Encerramos o exercício de 2018 com Lucro Líquido de R\$ 100,4 milhões, que representou um crescimento de 11,4% sobre o exercício de 2017. Os números refletem também uma combinação de uma carteira de créditos de qualidade e robustos níveis de capital regulatório que visam garantir nossa solidez e disponibilidade de capital para amparar o desenvolvimento dos nossos negócios. O índice da Basileia indicou 14% em dezembro de 2018, voltando a 16% em 31 de janeiro de 2019. Agradecemos aos nossos clientes pela preferência e aos colaboradores pela dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa		PASSIVO	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa		2º semestre	2º semestre	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		2018	2017
Circulante	3.153.707	2.562.653	3.057.455	2.503.943	Circulante	3.247.158	2.601.552	3.188.299	2.546.648			
Disponibilidades (Nota 5)	27.995	22.996	25.565	16.598	Depósitos (Nota 16)	2.203.545	1.867.143	2.223.981	1.867.685			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	202.538	49.159	202.538	49.159	Depósitos à vista	276.332	119.759	276.739	120.301			
Aplicações no mercado aberto (Nota 6a)	127.003	-	127.003	-	Depósitos interfinanceiros	32.694	40.067	37.990	40.067			
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6b)	75.535	49.159	75.535	49.159	Depósitos a prazo	1.894.519	1.707.317	1.909.252	1.707.317			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros					Captações no mercado aberto (Nota 17)	322.527	35.247	322.527	35.247			
derivativos (Nota 7)	94.679	10.377	85.679	10.377	Carteira própria	322.527	35.247	322.527	35.247			
Carteira própria	94.679	10.377	85.679	10.377	Recursos de aceites cambiais (Nota 16)	422.163	287.223	422.163	287.223			
Relações interfinanceiras (Nota 8)	535	873	535	873	Recursos de letras Imobiliárias, hipotecárias de créditos e similares	422.163	287.223	422.163	287.223			
Créditos vinculados					Relações interfinanceiras/interdependências	10.928	13.466	10.928	13.466			
Depósitos no Banco Central	143	-	143	-	Recursos em							
Correspondentes	392	873	392	873	trânsito de terceiros	10.928	13.466	10.928	13.466			
Operações de crédito	2.357.558	2.117.379	2.357.558	2.117.379	Obrigações por empréstimos (Nota 18)	90.433	153.721	47.217	135.052			
Operações de crédito					Empréstimos no país	43.216	18.669	-	-			
Setor público (Nota 9)	22.901	13.122	22.901	13.122	Empréstimos no exterior	47.217	135.052	47.217	135.052			
Setor privado (Nota 9)	2.380.455	2.142.031	2.380.455	2.142.031	Outras obrigações	197.562	244.752	161.483	207.975			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 10)	(45.798)	(37.774)	(45.798)	(37.774)	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	393	845	393	845			
Operações de arrendamento mercantil	-	46	-	46	Carteira de							
Arrendamentos e subarrendamentos a receber					câmbio (Nota 11)	38.468	26.692	38.468	26.692			
Setor privado (Nota 9)	-	152	-	152	Sociais e estatutárias	-	81.811	-	81.811			
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (Nota 10)	-	(106)	-	(106)	Fiscais e previdenciárias (Nota 19)	41.638	27.674	38.998	23.395			
Outros créditos	456.176	353.306	380.346	303.110	Provisão para							
Carteira de					Contingências (Nota 20)	71.085	67.993	58.438	55.794			
câmbio (Nota 11)	200.394	150.102	200.394	150.102	Negociação e							
Rendas a receber	800	680	502	680	intermediação de valores	-	38	-	38			
Negociação e intermediação de valores	1.636	365	1.636	365	Diversas (Nota 20)	45.978	39.699	25.186	19.400			
Diversos (Nota 13)	262.215	208.431	186.683	158.235	Exigível a longo prazo	1.914.007	1.135.607	1.931.203	1.182.635			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 10)	(8.869)	(6.272)	(8.869)	(6.272)	Depósitos (Nota 16)	1.196.017	1.021.969	1.215.814	1.068.997			
Outros valores e bens (Nota 14)	14.226	8.517	5.234	6.401	Depósitos interfinanceiros	-	-	183	11.320			
Outros valores e bens	11.510	7.646	3.002	5.902	Depósitos a prazo	1.196.017	1.021.969	1.215.631	1.057.677			
Despesas antecipadas	2.716	871	2.232	499	Captações no mercado aberto (Nota 17)	-	15.465	-	15.465			
Realizável a longo prazo	2.652.569	1.850.708	2.634.553	1.827.158	Carteira própria	-	15.465	-	15.465			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	82.012	-	82.012	Recursos de aceites cambiais (Nota 16)	690.860	73.231	690.860	73.231			
Aplicações no mercado aberto (Nota 6a)	-	80.011	-	80.011	Recursos de letras Imobiliárias, hipotecárias de créditos e similares	690.860	73.231	690.860	73.231			
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6b)	-	2.001	-	2.001	Outras obrigações	27.130	24.942	24.529	24.942			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros					Provisão para passivos contingentes e obrigações legais (Nota 21)	27.130	24.942	24.529	24.942			
derivativos (Nota 7)	1.863.453	1.135.676	1.852.489	1.126.662	Resultado de exercícios futuros	852	1.225	852	1.225			
Carteira própria	1.471.104	1.038.752	1.466.069	1.035.308	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	681.870	708.788	681.870	708.788			
Vinculados a compromisso de compra	323.079	45.602	323.079	45.602	Capital de							
Vinculados a prestação de garantia	69.270	51.322	63.341	45.752	domiciliados no País	635.700	635.700	635.700	635.700			
Operações de crédito	631.347	451.087	631.347	451.087	Reservas de lucros	44.945	74.376	44.945	74.376			
Operações de crédito					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 7c)	1.225	(1.288)	1.225	(1.288)			
Setor público (Nota 9)	25.664	33.485	25.664	33.485	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores (Nota 22)	(435)	993	-	-			
Setor privado (Nota 9)	617.945	425.648	617.945	425.648								
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 10)	(12.262)	(8.046)	(12.262)	(8.046)								
Outros créditos	121.926	150.084	114.849	142.762								
Diversos (Nota 13)	121.926	150.084	114.849	142.762								
Outros valores e bens (Nota 14)	35.843	31.849	35.868	24.635								
Outros valores e bens	44.868	38.724	44.868	31.485								
Provisões para desvalorizações	(9.691)	(7.239)	(9.666)	(7.214)								
Despesas antecipadas	666	364	666	364								
Permanente	37.176	34.804	110.216	108.195								
Investimentos	2.335	907	78.862	76.899								
Participações em controladas (Nota 39)	991	-	77.518	75.992								
No País	991	-	72.915	72.142								
No exterior	-	-	4.603	3.850								
Outros investimentos	1.344	907	1.344	907								
Outros investimentos	1.393	956	1.393	956								
Provisão para perdas	(49)	(49)	(49)	(49)								
Imobilizado de uso (Nota 15)	34.357	33.261	30.870	30.660								
Imóveis de uso	31.967	30.917	31.741	30.691								
Imobilizações em curso	656	646	656	550								
Outras imobilizações de uso	11.060	8.873	7.679	6.500								
Depreciações acumuladas	(9.326)	(7.175)	(9.206)	(7.081)								
Intangível	484	636	484	636								
Ativos Intangíveis	832	806	832	806								
Amortização acumulada	(348)	(170)	(348)	(170)								
Total do ativo	5.843.452	4.448.165	5.802.224	4.439.296	Total do passivo	5.843.452	4.448.165	5.802.224	4.439.296			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...